



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 254/2016**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, número SIC em epígrafe, sobre visita realizada por alunos da instituição ao Museu da Água, em Indaiatuba.
2. O CEETEPS manifestou-se apenas em sede de recurso hierárquico, respondendo a cada um dos questionamentos suscitados. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em seu pedido, o interessado elaborou seis questionamentos, todos enfrentados pela resposta do órgão demandado. Nesse sentido, a análise das razões recursais permite concluir que a irresignação do interessado refere-se não à suposta negativa de acesso, mas antes à discordância quanto ao teor das informações prestadas.
4. Forçoso reconhecer, no entanto, que o Serviço de Informações ao Cidadão não é canal adequado à formulação de reclamações, denúncias ou pedidos de providências, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado, bem como do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, que já se manifestou no seguinte sentido: “A Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. Conclui-se, pois, haver irresignação quanto ao teor da informação prestada e questionamento de sua veracidade, não caracterizando hipótese de provimento recursal, por ausência, no caso em tela, de negativa de acesso às informações requeridas.

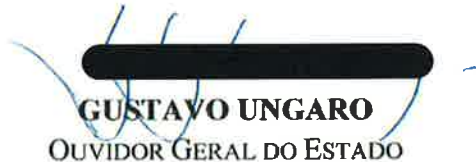
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ante o exposto, fornecidos os dados disponíveis conforme exige a legislação vigente, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, *caput*, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de setembro de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO